

Câmara aprova Companhia do Metropolitano

Os deputados distritais aprovaram ontem, no final da sessão extraordinária, o projeto de lei do Executivo que cria a Companhia do Metropolitano do DF (Metrô-DF), uma empresa pública ligada à Secretaria de Transportes que terá a responsabilidade de planejar, projetar, construir, operar e manter o sistema de transporte público sobre trilhos do Distrito Federal. O líder do PP na Câmara, deputado Aroldo Satake, observou que, com a aprovação do projeto, passam a existir recursos para a administração do metrô. "Ele está quase concluído e até agora só existia verba para sua implantação", acrescentou.

A Companhia do Metropolitano, que será conhecida como Metrô, poderá também explorar comercialmente marcas, patentes, tecnologia e serviços técnicos especializados, vinculados ou decorrentes de sua atividade produtiva. A

empresa terá um capital social inicial de 100 mil Unidades Padrão do DF (UPDF), equivalente hoje a Cr\$ 390,4 bilhões, sendo que 51% dele serão compostos pelo DF e o restante por pessoas jurídicas do Poder Público em geral, da administração direta e indireta. O projeto também definiu a estrutura básica da empresa. A matéria deu entrada na Câmara Legislativa na quarta-feira à noite e foi incluída na pauta da sessão extraordinária convocada pelo presidente da Casa, Benício Tavares, no mesmo dia.

Esforço — O presidente da Câmara Legislativa, Benício Tavares (PP), considerou positivo o esforço parlamentar para conclusão da pauta de votações, que incluiu projetos do Executivo e de deputados, antes do recesso de julho, sem ônus para os cofres públicos já que foi uma autoconvocação. Tavares salientou

que foram votadas matérias importantes para a cidade como a criação da Secretaria de Turismo, projeto defendido por ele anteriormente. "A Secretaria de Turismo irá consolidar uma vocação da vida de Brasília, além de melhorar a arrecadação no setor", comentou o presidente.

O segundo projeto que gerou discussões foi a criação da Companhia do Metropolitano, empresa pública ligada à Secretaria de Transportes que ficará responsável pelo planejamento, construção, operação e manutenção do metrô de Brasília. Benício Tavares comentou que as três emendas apresentadas ao projeto do Executivo são apenas interpretações diferenciadas do deputado Carlos Alberto (PPS) e que este assunto fora discutido em outro projeto. Quem determinará a competência sobre a matéria é a Comis-

são de Constituição e Justiça, assessorou o deputado, lembrando que se o governo enviou o projeto para a Câmara é porque deve ter havido um estudo preliminar sobre o assunto para que a matéria pudesse fluir dentro da Casa.

Este foi o semestre mais importante da Câmara Legislativa, avaliou Benício Tavares, por ter sido promulgada a Lei Orgânica do Distrito Federal. Segundo ele, era uma determinação constitucional e, apesar dos problemas de infraestrutura que os parlamentares enfrentaram, a Lei Orgânica foi promulgada garantindo o ordenamento jurídico que a cidade não dispunha. A partir do próximo semestre, explicou o presidente, será nomeada uma comissão para estudar o regimento interno da Câmara Legislativa com o objetivo de dinamizar o processo legislativo.